

Confirmada crise de medicamentos em Moçambique

Primeiro lote de 4 toneladas foi semana passada entregue ao Ministério da Saúde e o restante lote de 2 toneladas poderá chegar ao país nos próximos dias, segundo relevou a Ordem dos Farmacêuticos de Portugal

Governo reconhece, finalmente, que o país está com défice de medicamentos, por falta de dinheiro, inclusive de financiamentos

Bernardo Álvaro

Ficou confirmado que o Governo está sem verbas para abastecer o sistema nacional de saúde do País com medicamentos. A Ordem dos Farmacêuticos de Portugal, em parceria com a Genis de Portugal, a Lares e a Companhia Aérea Portuguesa (TAP), procedeu na semana passada em Maputo, à entrega de quatro toneladas de medicamentos diversos ao Ministério da Saúde.

A cerimónia da entrega dos medicamentos que ocorreu nas instalações do Armazém Nacional de Medicamentos do Ministério da Saúde localizado no bairro do Zimpeto, foi testemunhada, pela parte moçambicana, pelo secretário permanente do MISAU, Marcelino Lucas, e Roseler Ventura, em representação da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal.

A lista dos medicamentos entregue às autoridades moçambicanas de saúde inclui, entre outros, antibióticos, anticoncepcionais, anti-inflamatórios, anti-maláricos, produzidos pelas indústrias farmacêuticas portuguesas, cujo valor não foi revelado.

Em declarações ao nosso jornal, a representante da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal, Roseler Ventura, disse não poder avançar os montantes envolvidos na compra, manuseamento, transporte e processo de desalfandegamento dos medicamentos, dado que a operação ainda não terminou. "Dentro de dias espera-se a chegada de um outro lote", disse.

O representante da Ordem dos Farmacêuticos de Portugal na cerimónia, Roseler Ventura, disse que a entrega destes medicamentos resulta de um entendimento conjunto entre a Ordem, a Companhia Aérea Portuguesa (TAP) e duas empresas farmacêuticas portuguesas acima referenciadas.

Segundo Roseler Ventura, na base do referido entendimento, a Ordem dos Farmacêuticos decidiu enviar ao País um total de 6 toneladas das quais foram entregues 4 toneladas. As restantes duas toneladas deverão chegar a Maputo nos próximos dias.

Os medicamentos chegaram a 21 de Outubro corrente. Fazem parte dos genéricos solicitados pelas autoridades moçambicanas de saúde. O representante da Ordem dos Farmacêuticos de

Portugal afirmou ser do interesse da sua instituição a cooperação com os Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) na área de fornecimento de genéricos.

O projecto humanitário de fornecimento de medicamentos começou em 2007, com fornecimento de medicamentos ao Hospital Central de Maputo. De acordo com Roseler Ventura, o papel da Ordem dos Farmacêuticos no projecto é de realizar todo o processo burocrático de aquisição e importação de medicamentos para o país.

Desde 2010, a Ordem dos Farmacêuticos e o MISAU têm um acordo visando a promoção da formação de farmacêuticos moçambicanos e reforço da capacidade institucional nas áreas de farmácia hospitalar, gestão e logística de medicamentos, definição de políticas, elaboração da legislação e outros documentos, controlo da qualidade de medicamentos, ensaios clínicos, entre outros.

Governo reconhece que o país está a enfrentar crise da falta de medicamentos

Entretanto, o secretário permanente do Ministério da Saúde,



Alexandre Manguela, ministro da Saúde

de, Marcelino Lucas, disse que a iniciativa se insere nas acções de cooperação em curso entre a Ordem dos Farmacêuticos de Portugal e o Governo moçambicano, que incluem a formação de farmacêuticos moçambicanos, o reforço da capacidade do MISAU.

Reconhecendo ser a terceira vez que aquela ordem fornece medicamentos a Moçambique, particularmente ao Hospital Central de Maputo, o responsável disse notar com satisfação que "cada vez mais recebemos medicamentos, as quantidades têm aumentado os benefícios ao povo moçambicano e em particular aos pacientes".

O secretário permanente do MISAU reconheceu, por outro lado, que o país enfrenta dificuldades da falta de medicamentos fundamentalmente devido à falta de financiamento. Por isso acrescentou que todos apoios daquela natureza, ajudam a atenuar a crise da falta de medicamentos, principalmente os utilizados nos hospitais centrais.

Segundo a fonte, os medicamentos recebidos serão destinados aos Hospitais Centrais de Maputo, Beira e Nampula, respectivamente. (Canal de Moçambique)

Por falta do regulamento para o efeito

Mega-projectos não cumprem com as suas obrigações sociais

O alerta vem das ONGs nacionais e estrangeiras que operam no país nas áreas do ambiente

Raimundo Moiane

A maioria senão mesmo a totalidade dos mega-projectos instalados em Moçambique tais como os da MOZAL, SASOL, Vale e a Kenmare não cumprem com as obrigações sociais a que se comprometeram quando assinaram contratos com o Estado moçambicano. Isso está a criar graves problemas às populações reassentadas que, regra geral, são colocadas em lugares sem condições

para a prática da agricultura. O alerta vem das Organizações Não Governamentais (ONGs) nacionais e estrangeiras que operam em Moçambique na área do ambiente tais como a Justiça Ambiental e o Fundo Mundial para Natureza.

A falta de um regulamento que obriga as referidas empresas a apresentarem um plano social corporativo antes de iniciar as suas actividades é apontado pela pesquisadora do Fundo Mundial para Natureza, Cláudia Manjate, como

a principal causa deste fenómeno.

De acordo com Cláudia Manjate, as empresas que entram em Moçambique limitam-se a construir escolas, postos de saúde, abrir furos de água e a pagar compensações às comunidades por terem sido retiradas dos locais onde os projectos são implantados, o que não é suficiente.

Para a investigadora do Fundo Mundial para Natureza, as obrigações sociais corporativas englobam mais acções tais como

políticas claras sobre o processo de recrutamento de mão-de-obra, assistência médica e medicamentosa, formação profissional e transferência de tecnologias. O ambientalista Carlos Serra Júnior, que também interveio, afirmaria que o Governo deveria criar sobretaxas para os mega-projectos como forma de os levar a ressarcir a sociedade. Defendeu que deveriam pagar pelos danos ambientais que os mega-projectos causam nas zonas onde são implantados.

"Primeiro as pessoas não são indemnizadas por terem sido movimentadas de uma zona para outra e por terem sido obrigadas a viver longe das suas machambas ou escolas". "Isto", de acordo com Carlos Serra, "só acontece porque o próprio governo não tem ideia ou não sabe definir claramente as obrigações sociais corporativas, daí que os mega-projectos fazem o que querem e à hora que lhes apetece". (Canal de Moçambique)